

A fronteira agrícola*

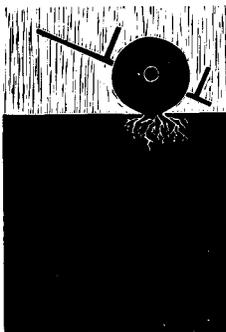
PEDRO CALIL PADIS

De uma maneira geral pode-se classificar os países subdesenvolvidos como aqueles que têm uma economia pouco diversificada e pouco complexa. Em outros termos, esses países têm um setor primário muito forte, um setor terciário que se comporta como tributário do setor primário e, finalmente, um setor industrial pouco desenvolvido.

Até recentemente, numa grande parte desses países, a adoção da idéia, muito estreita, de um mercado internacional resultante de uma divisão bem elementar do trabalho, acentuou a divisão dos países em industrializados, de um lado, e agrícolas de outro.

Em alguns países essa idéia estava tão enraizada que alguns homens públicos, e mesmo economistas, acreditavam que existiam países essencialmente agrícolas.

No Brasil essas idéias tiveram uma influência enorme. Houve nesse país um Ministro da Economia¹ que pensava que os brasileiros eram “inferiores aos norte-americanos do ponto de vista da raça e da força. Por essa razão o desenvolvimento industrial não era possível no Brasil”², e portanto ele quase destruiu o setor industrial do país. Ele acreditava



* Este artigo foi escrito em 1972. A partir das idéias básicas aqui apresentadas, o autor, doutor em Economia pela PUC, estava escrevendo sua tese de doutorado de estado para a França. Sua morte prematura impediu-o de terminar a tese. Tradução: Maria Cecília Spina Forjaz.

¹ Joaquim Murinho, Ministro da Economia do Presidente Campos Sales (1898-1902).

² Ver Pelaez, C. M.: “As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945” in *R. E. B.*, vol. 25, n.º 3, 1971.

que, reforçando o setor agrícola, ele ajudaria o país a atingir seu “destino” e a realizar sua vocação de “país agrícola”.

Entretanto, a deterioração dos termos de troca dos produtos primários em geral, e agrícolas em particular, a partir da primeira Guerra Mundial começou a dissipar essas idéias.

Além disso, a crise de 1929, a longa depressão que a seguiu, e a segunda Guerra Mundial agiram de modo a derrubar quase completamente essas concepções sobre o desenvolvimento econômico.

Se antes era necessário se concentrar na agricultura, a partir de 1930, e sobretudo depois da segunda Guerra Mundial, os políticos dos países subdesenvolvidos empenharam todas as forças e todos os recursos no processo de industrialização.

Evidentemente sabe-se que a industrialização é o meio mais valioso para desenvolver uma economia e sabe-se também que a situação dos países agrícolas não é muito favorável a esse desenvolvimento. Entretanto, o que se quer reprovocar aqui é a idéia de que “agricultura é quase sinônimo de subdesenvolvimento”.

Sabe-se que muitos países que conheceram uma grande aceleração de seus processos de desenvolvimento depois do fim da segunda Guerra Mundial e até o fim dos anos cinquenta, sofreram uma sensível desaceleração da taxa de crescimento durante a última década.

A razão fundamental dessa desaceleração é justamente a forma de industrialização adotada: a produção de uma série enorme de produtos, sem considerar a efetiva capacidade do mercado interno e com grande concentração da renda.

Uma das razões fundamentais dessa concentração é o relativo desprezo pelo setor primário. Em outros termos, considerou-se, durante muito tempo, que o desenvolvimento da agricultura seria uma conseqüência natural do desenvolvimento da indústria. Tentar-se-á demonstrar aqui que a agricultura não se desenvolve na ausência de uma política bem determinada. E também que a política de industrialização que foi seguida determinou um “empobrecimento” da maioria da população rural.

Do conjunto do setor agrícola de um país subdesenvolvido pode-se, no limite, identificar três subsetores cujas características principais não são sempre as mesmas e cuja importância para a economia no seu conjunto pode variar segundo o comportamento dos mecanismos internos e/ou internacionais da economia.

Nós temos portanto: 1) o subsetor que produz para o mercado internacional; 2) aquele que produz para o mercado interno; 3) o subsetor de subsistência.

Esboçemos rapidamente as características de cada um desses três subsetores.

O ramo que produz para a exportação tem, normalmente, uma importância muito considerável para os países subdesenvolvidos. Dito de outra maneira, se o país em questão é muito dependente da exportação de um só ou de muitos

de seus produtos agrícolas, essa produção torna-se a atividade condutora de toda a economia.

Essa importância decorre de vários fatores. Antes de mais nada o setor de exportação é aquele que assegura a possibilidade de importação da maioria, e por vezes da totalidade, dos produtos industrializados. De uma certa maneira pode-se dizer que o setor agrícola de exportação substitui a indústria nacional.

Em segundo lugar, esse ramo da atividade econômica é, freqüentemente, o que apresenta os mais altos níveis de rentabilidade econômica. Por isso, há uma considerável concentração de recursos financeiros, econômicos e humanos, o que resulta às vezes na superprodução e, em seguida, na baixa dos preços no mercado internacional, invertendo a situação. De outro lado, essa concentração de recursos pode produzir uma fraca diversificação da economia, o que provoca uma insatisfação da demanda de muitos produtos agrícolas.³

Em terceiro lugar, o setor terciário em sua quase totalidade é tributário do setor agrícola de exportação. Com efeito, a rede bancária, a administração pública, os serviços de transporte, o orçamento nacional, são conseqüências da exportação. E mais, uma grande parte da infra-estrutura, sobretudo a rede rodoviária, é estabelecida em função das exportações.

Entretanto, o setor agrícola de exportação é, ele mesmo, uma função do mercado internacional, quer dizer, do comportamento da demanda externa. Se as quantidades procuradas ou se os preços sobem no mercado externo, o setor de exportação apresenta uma tendência à expansão, o que produz uma elevação geral do nível da atividade econômica em seu conjunto no país. Nesse caso, a concentração dos fatores da produção se reforça no setor.

Teoricamente tem-se a necessidade de capital financeiro e de força de trabalho e de novas terras para fazer crescer a produção agrícola. Entretanto, em certos países, e estamos pensando especialmente no Brasil, cujo tamanho é grande, a produção agrícola pode-se fazer de maneira extensiva. Assim as necessidades dos capitais financeiro e técnico se reduzem bastante. Como o preço da terra é baixo, é mais fácil e mais vantajoso alargar a superfície cultivada e, dessa maneira, aumentar a produtividade física, do que adotar as técnicas que fazem aumentar a produtividade econômica, seja pela mecanização, seja pelos investimentos de recuperação do solo.

Conseqüentemente, quando se fala de concentração dos fatores da produção, pensa-se principalmente na força de trabalho. Em outros termos, os setores de exportação, durante o período de expansão, atraem uma quantidade crescente

³ Ver Furtado, Celso: *"Formação Econômica do Brasil"*, Rio de Janeiro, F. C., 1959 (1.ª edição), principalmente o capítulo 13; *"Teoria do Desenvolvimento Econômico"*, P. U. F., principalmente os capítulos de 7 a 10.

de população ativa. Mas, pode acontecer também que o país ou a região não tenham uma disponibilidade de força de trabalho suficiente para fazer face a esse aumento da demanda.

É exatamente essa situação que dá lugar a movimentos de população, às vezes consideráveis. No caso brasileiro pode-se achar vários exemplos de situações como essa. Durante o ciclo da cana-de-açúcar (1530-1680) e também durante o ciclo do ouro (1700-1780), as necessidades de mão-de-obra foram satisfeitas pela “importação” dos africanos e pela sua escravidão. No momento em que a atividade cafeeira se desenvolvia muito rapidamente e a mão-de-obra escrava era insuficiente (a partir de 1850), o país criou as condições para a imigração européia.⁴

Quando o país dispunha ele mesmo de uma oferta interna potencial de força de trabalho, as necessidades do setor de exportação foram satisfeitas por uma redistribuição interna da população. Quer dizer que os movimentos migratórios internos começaram a substituir os internacionais.

Entretanto, quando a demanda internacional apresenta um movimento de retração não se pode dizer que os movimentos de população seguem “um caminho de volta”, quer dizer que a força de trabalho eventualmente excessiva pode voltar a seus pontos de origem.

Com efeito, o que acontece é um remanejamento profundo na distribuição da população ativa, seja entre os setores da atividade econômica, seja no interior do território. (A hipótese de uma emigração para o exterior não será examinada aqui porque ela não foi, até agora, o caso do Brasil.)

É o grau de complexidade e de diversificação da economia que determinará a direção a tomar por essa força de trabalho transformada em ociosa. É isso que determinará se essa força de trabalho ficará no setor rural ou se ela irá para o setor urbano.

Se a economia só tem o setor de exportação, a retração deste produzirá uma regressão do conjunto econômico às atividades de subsistência. Esse foi o caso, em várias ocasiões, no Brasil. O exemplo mais importante é o do ciclo da cana-de-açúcar.⁵

Ao contrário, se a economia já é dotada de um certo grau de diversificação, com um mercado interno consistente, a retração do setor externo pode quando muito criar condições favoráveis ao crescimento econômico, quer dizer, à ampliação das atividades existentes. Isso quer dizer diversificar a produção, sobretudo

⁴ Uma análise muito interessante desse fenômeno pode ser encontrada em Celso Furtado: “*Formação Econômica do Brasil*”, *op. cit.*, capítulos 20 a 24.

⁵ Ver Furtado *op. cit.*, capítulos 12 a 15.

a produção industrial, desde que seja possível a manutenção de um fluxo monetário.⁶

As conseqüências econômicas dessas duas situações possíveis são, evidentemente, muito diferentes para cada uma.

A regressão ao estágio econômico de subsistência significa o desaparecimento quase completo do fluxo monetário e, portanto, de uma grande parte das trocas de mercadorias. Ao contrário, a expansão do setor do mercado interno significa normalmente uma realocação de recursos o que, muitas vezes, aumenta a produtividade econômica.

O subsetor agrícola que produz para o mercado interno tem um comportamento que, sob certos aspectos, difere muito daquele do setor de exportação.

De fato, esse subsetor deve satisfazer uma dupla demanda interna, a dos produtos de alimentação e a das matérias-primas para a indústria de transformação. É muito difícil precisar qual desses dois componentes da demanda global de produtos agrícolas é o mais importante. Essa dificuldade é devida a vários fatores, dos quais o mais importante é o grau de diversificação da economia do país.

De todas as maneiras pode-se dizer que a produção agrícola para o mercado interno é muito mais diversificada do que aquela para o mercado internacional. Trata-se de um fato muito importante porque ele traz uma certa “estabilidade” ao setor do mercado interno. Quer dizer que ele é muito menos sujeito às variações do comportamento da demanda externa. Certamente ele pode também sofrer os efeitos de uma baixa das exportações, mas somente na medida em que isso atinge o nível de renda dos consumidores. Em contraposição, a expansão desse setor pode se dar de maneira mais constante porque a demanda interna, em condições normais, é muito estável. Pode-se mesmo dizer que as oscilações para a baixa ou para a alta da produção, dos lucros e da produtividade do setor do mercado interno, são muito mais o fato do comportamento da oferta do que da demanda.

Esta, evidentemente, tem uma influência enorme sobre as dimensões da produção. Se, por exemplo, a repartição da renda nacional tem tendência a se tornar cada vez mais desigual, a demanda dos produtos agrícolas de alimentação apresenta uma tendência a um aumento muito lento. Portanto a satisfação dessa demanda pode ser feita sem colocar muitos problemas à oferta.

Essa situação, que nós não pretendemos analisar aqui, coloca problemas muito graves para o conjunto da economia.

⁶ Uma análise detalhada do caso latino-americano é apresentada por Celso Furtado em “*A América Latina*”, Sirey, 1970, capítulo 11. Sobre o caso brasileiro ver Furtado, *op. cit.*, capítulos 30 a 32.

No Brasil, por exemplo, onde a concentração da renda é muito acentuada, a satisfação da demanda é feita por uma atividade agrícola cuja evolução é quase nula. É um erro grosseiro afirmar que o setor agrícola é eficaz só porque ele é capaz de satisfazer a demanda efetiva.⁷ Voltaremos a esse assunto.

Entretanto, temos razões muito fortes para afirmar que a demanda interna de produtos agrícolas aumenta sempre e que os índices dos preços internos desses produtos seguem, aproximadamente, o índice geral dos preços, o que dá à agricultura para o setor interno um nível de remuneração que lhe permite manter seu relativo poder global de compra. Não se pode afirmar que esse poder de compra é repartido de maneira igual no interior do setor. Fala-se de uma maneira global.

O que queremos assinalar aqui é uma característica quase geral dos países subdesenvolvidos, em particular do Brasil, e que é uma das causas principais do próprio subdesenvolvimento: é a grande concentração da renda nacional nas mãos de uma pequena parte da população.

Sabe-se que os produtos agrícolas, em sua maioria, têm uma elasticidade de renda muito fraca. Por causa desta simples razão, o desenvolvimento agrícola não decorre necessariamente do desenvolvimento industrial do país, se os resultados desse desenvolvimento só beneficiam a uma parcela limitada do conjunto da população. Sabe-se há muito tempo que o nível de vida das populações subdesenvolvidas é muito insuficiente. E, apesar disso, a taxa de crescimento da produção agrícola de alimentação para o mercado interno é muito baixa. De fato, ela é muito inferior à taxa global de crescimento e, em certos casos, ela acompanha aproximadamente a taxa de crescimento demográfico. Se se observa o caso do Brasil, essas observações tornam-se evidentes.

Dito isto, pode-se afirmar que, nessas condições, o setor agrícola para o mercado interno não é capaz de absorver a força de trabalho expulsa pelo setor de exportação. O setor do mercado interno, na melhor das hipóteses, é capaz de absorver a oferta de força de trabalho que se dirige “normalmente” para ele.

Se isso é verdade, o excedente de força de trabalho agrícola — criado por uma retração do setor de exportação ou pela incapacidade do setor do mercado interno — irá inchar as correntes do êxodo rural ou será absorvido pelo setor de subsistência.

Gostáramos de levantar um outro problema que nos parece muito importante do ponto de vista da população ativa agrícola e que toca, ao mesmo tempo e da mesma maneira, o setor do mercado interno e o da exportação: a estrutura da propriedade da terra.

⁷ Uma crítica desse tipo de idéias pode ser encontrada em: Furtado, Celso, “Agricultura e desenvolvimento econômico: Considerações sobre o caso brasileiro”, in *Trimestre Econômico*, n.º 153, p. 13 a 16. México, jan.-mar., 1972.

Na maioria dos países subdesenvolvidos — e o Brasil não é absolutamente exceção — a propriedade da terra, assim como a repartição da renda, é muito concentrada. Encontramos portanto uma grande parte da superfície cultivada — quer dizer, da parte do território integrado no mercado nacional — que pertence a um pequeno grupo de pessoas. É evidente que os proprietários em questão têm grandes fazendas, cuja produtividade não é sempre proporcional nem à quantidade das terras — quase sempre as melhores — nem ao tamanho da propriedade. Em suma, não se pode dizer que nesse caso há um desperdício do fator capital.

De outro lado, tem-se um número enorme de proprietários agrícolas que dispõem de uma parte muito pequena da superfície cultivada. Nesse caso, é bem claro que o tamanho de cada unidade produtiva é muito pequeno e que, como efeito da herança, esse tamanho tende a se reduzir. O que se pode observar aí então é um desperdício do fator trabalho.

Do ponto de vista da população ativa, as conseqüências diretas desses dois tipos de propriedades são bem diferentes.

No primeiro caso — o das grandes propriedades — nós achamos uma população de empregados, cujo efetivo depende do tipo de atividade agrícola. Se se produz café, por exemplo, o efetivo empregado é bem elevado, porque esse produto exige uma quantidade considerável e aproximadamente constante de força de trabalho durante todo o ano, salvo durante o curto período da colheita.

Entretanto, se a atividade é de criação de animais a situação é completamente diferente. O recrutamento de operários é pequeno. E, infelizmente, o que se observa no Brasil é uma tendência a substituir algumas atividades de agricultura por outras de criação. Isso é mais grave quando essa substituição acontece nas regiões cujo solo é de boa qualidade e onde a densidade demográfica é relativamente elevada. Quando esse fenômeno acontece, uma “expulsão” de população o acompanha.

De uma maneira geral, portanto, a grande propriedade não é capaz de absorver uma quantidade de mão-de-obra proporcional à importância relativa dessa propriedade na superfície cultivada do território — seja porque aí são desenvolvidas atividades que recrutam pouca gente, seja porque a grande propriedade não é totalmente valorizada, o que a torna improdutiva. Entretanto, no caso da pequena propriedade — que se torna cada vez menor pelo efeito da herança — o fenômeno é diferente. De fato o que se passa é que, por ter-se tornado muito pequena, a propriedade não é mais capaz de oferecer capacidades de trabalho ao conjunto de pessoas que nela vivem (normalmente uma família). Portanto, o que se observa aí é uma queda da produtividade do trabalho. E, conseqüentemente, teremos uma queda no nível de vida do grupo.

Esse fenômeno provoca a expulsão de uma parte da população, freqüentemente a camada mais jovem.

É sempre a mesma alternativa que se apresenta a essas pessoas: ou ir para a cidade e tentar achar um trabalho nos setores urbanos da atividade econômica ou ficar na atividade agrícola mas em outro lugar.

Essa última hipótese é, para certos grupos, a única discernível. Eles partirão para outros lugares do território nacional para trabalhar nas atividades existentes. Se eles não acharem trabalho, deslocar-se-ão em direção a regiões ainda inabitadas e viverão durante algum tempo no setor de subsistência.

O setor de subsistência é, portanto, uma espécie de reservatório de força de trabalho. Nos países subdesenvolvidos, e segundo o grau de subdesenvolvimento, esse setor agrícola tem uma importância e um papel diferentes.

Entretanto, é preciso dizer antes de mais nada como se entende aqui a palavra "subsistência".

Nós consideramos como subsetor de subsistência o conjunto das atividades agrícolas cujo fim essencial é prover o grupo de populações que aí trabalham de produtos necessários ao seu autoconsumo.

Embora de maneira esporádica uma parte da produção possa ser vendida no mercado interno, esse fato não é capaz de justificar o conjunto das atividades. Nós queremos dizer que as relações e os laços do setor de subsistência com o setor do mercado nacional ou internacional são fracos.

Não ignoramos que muitos autores concebem o setor de subsistência duma maneira diferente. Entretanto, não temos a intenção de discutir aqui os conceitos. Adotamos o conceito acima por razões de comodidade.⁸

Desde que aceitamos esse conceito de economia de subsistência, podemos avançar na observação de alguns aspectos do comportamento desse subsetor.

No caso brasileiro pode-se achar um setor de subsistência que existe desde as primeiras atividades econômicas até os nossos dias. Entretanto o comportamento e as características desse setor mudaram muito no curso dos últimos séculos.

Se se considera, por exemplo, o período compreendido entre o fim do ciclo açucareiro, mais ou menos 1680, e o início do ciclo do ouro, nas proximidades de 1700, ver-se-á que durante esses dois decênios a quase totalidade da produção antes empregada na atividade açucareira produzia uma quantidade de bens apenas suficiente para sua sobrevivência. A inexistência de um mercado interno não oferecia alternativa.⁹

⁸ Um estudo muito aprofundado e muito interessante sobre esse tema pode ser encontrado em: Singer, Paul: "*Desenvolvimento e Crise*", Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968, capítulos II e III; "*Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*", Ed. Brasileira de Ciências, São Paulo, 1970, capítulos 7 e seguintes.

⁹ Cf. Furtado, Celso: 1959, *op. cit.*, *loc. cit.*

Um fenômeno semelhante pode ser identificado mais ou menos um século mais tarde, no momento do esgotamento do ciclo do ouro.

Entretanto, o fenômeno apresenta características diferentes a partir do momento em que começa a se formar um conjunto de força de trabalho assalariada. As relações de trabalho e a repartição da renda, em consequência da existência de um salário, vão se transformar em novos parâmetros no problema da incapacidade do sistema econômico em absorver a oferta de força de trabalho.

As crises estruturais e/ou conjunturais da economia vão obrigar essa mão-de-obra tornada ociosa a procurar novas formas de sobrevivência.

De fato, como o conjunto econômico organizado em função do mercado nacional e internacional não é capaz de fornecer os meios de manutenção a uma parcela da população ativa, essa parcela é obrigada a criar ela mesma, de uma maneira direta e fora do mercado, os bens necessários à sua própria subsistência.

Como a terra, na parte do território já ocupada, pertence a proprietários que, mais ou menos, bem ou mal, a exploram, e como os setores urbanos também não são capazes de empregá-la, essa população, cuja força de trabalho é ociosa, não tem outras possibilidades senão partir para os lugares total ou parcialmente desocupados.

Disso decorre, ao mesmo tempo, o alargamento da ocupação efetiva do território e a redução das pressões sobre o mercado de trabalho.

Portanto, o que é preciso considerar é que nessas condições a política de emprego de um governo torna-se mais fácil. Ou seja, no país onde a fronteira agrícola não está ainda definitivamente fixada pode-se sempre “tomar” uma parte da força de trabalho — aquela excedente — e levá-la a deslocar a fronteira agrícola.

Esse fenômeno, evidentemente, pode ser determinado por várias razões diferentes, tanto ele pode resultar de uma ação deliberada do governo ou de grupos privados, como ser um movimento espontâneo da população.

No caso do Brasil o deslocamento da fronteira agrícola é um movimento quase contínuo, desde um século e meio mais ou menos.

O café foi responsável pela ocupação de uma enorme parte do território. A crise de 1929 e as dificuldades econômicas que o Brasil conheceu durante o decênio que a seguiu, determinaram o mais organizado e um dos mais importantes movimentos de população que aconteceram no Brasil.

Os problemas criados pelas pressões da estrutura da propriedade da terra, por sua vez, expulsaram, em busca de novas terras, uma parte considerável dos descendentes dos antigos imigrantes italianos e alemães, o que determinou a ocupação de uma grande parte do território que vai do Estado do Rio Grande do Sul até os Estados de Goiás e Mato Grosso.

Embora sejam exemplos diferentes, mas sempre com o mesmo efeito, pode-se citar a construção de Brasília, assim como as estradas Belém—Brasília e Transamazônica.

Entretanto os resultados de uma ação conduzida para forçar o deslocamento da população não são sempre positivos. Durante os primeiros anos da década de sessenta, um organismo governamental estabeleceu uma política de “transferência” de uma parte da população do Nordeste oriental para o Estado do Maranhão, no nordeste ocidental do país. A falta total de recursos, além das condições geofísicas adversas, causou a morte de muitas dezenas de milhares de pessoas.

Nas seções seguintes estudaremos dois movimentos de população que alargaram a fronteira agrícola no Brasil.

O NORTE DO PARANÁ

A região chamada “norte do Paraná” tem uma superfície de 71 637 km², o que corresponde a mais ou menos 36% da superfície total do Estado do Paraná.

Há quarenta anos atrás ela era quase completamente desconhecida e coberta de uma floresta. A qualidade e a fertilidade de seus solos valeram-lhe um prestígio nacional e permitiram-lhe, nesse curto período, o estabelecimento de 172 cidades e vilas. É evidente que esse crescimento não é devido somente às condições geofísicas do território. De fato, a conjugação de vários fatores, nacionais e internacionais, desempenharam um papel decisivo.

Entre esses fatores deve-se sublinhar a proximidade do Estado de São Paulo, que era até muito recentemente a principal região cafeeira do Brasil; a crise mundial de 1929 cujas conseqüências para a economia brasileira foram muito importante e, finalmente, a ação efetuada seja pelo governo, seja por empresas privadas, com o objetivo de ocupar a região.

A ocupação dessa região foi feita, no início, de maneira lenta e como resultado de iniciativas do governo do Estado. Entretanto, a partir da segunda metade dos anos vinte, ela foi conduzida de maneira sistemática e muito rápida. Entre as primeiras iniciativas oficiais deve-se notar que, pouco depois da emancipação da província em 1853, foram instaladas várias colônias, das quais a mais importante era a colônia militar de Jataí. A criação desta deveu-se às necessidades de controlar o tráfico de rebanhos e de mercadorias pelo Estado de Mato Grosso e pelo Paraguai. Essa colônia, como todas as outras, malogrou completamente, principalmente devido a seu isolamento e ela vegetaria durante vários decênios, sem se desenvolver, produzindo apenas os alimentos necessários à subsistência dos habitantes, sem conseguir atrair outros grupos de população e sem se tornar um pólo de irradiação da ocupação da região.

Desde o ano de 1860 até as proximidades de 1925, todas as outras tentativas de ocupação foram de âmbito muito limitado. O nível de atividade econômica era baixo, sobretudo por causa do isolamento quase completo da região.

A alta dos preços da terra e uma doença que atingiu os cafezais na região cafeeira do Estado de São Paulo favoreceram a formação de uma corrente migratória em direção ao Paraná, a partir de 1924. Mas é verdadeiramente a partir de 1930 que a ocupação dessa região foi alimentada de uma maneira contínua por uma corrente de população muito forte. De fato, esse movimento de ocupação tornou-se o mais importante de toda a história do Brasil. Duas iniciativas relativas a essa ocupação merecem referência.

A primeira, cujo âmbito é relativamente limitado, foi iniciada a partir de 1931 nas regiões ainda não ocupadas, próximas de Cornélio Procopio, por duas empresas instaladas com capitais japoneses. São a “Brazil Tokusochoku Kaisha” (Bratac) e a “Nambei Tochikubushiri”. Elas originaram duas cidades, Assai e Urai, cuja atividade econômica básica era a produção de algodão e cuja população não era de origem brasileira mas de japoneses imigrados. Essas colônias se desenvolveram muito rapidamente devido à conjuntura internacional favorável ao algodão, à boa qualidade do solo e à assistência médica, agrônômica e financeira das companhias de colonização.

Mas o episódio mais notável no movimento de ocupação da região foi o empreendimento da “Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”. Sua origem está na Inglaterra onde, depois da primeira Guerra Mundial, alguns grupos econômicos partiram em busca de novas terras em outras regiões do mundo para aí desenvolver a produção de algodão capaz de substituir ou, pelo menos, completar a das colônias inglesas da África a fim de satisfazer as necessidades de matéria-prima da indústria têxtil britânica. Conhecendo as intenções desses grupos o governo brasileiro convidou-os para visitar o país, o que deu lugar à “Missão Montagu”, da qual fazia parte Lord Simon Lovat, um técnico em agricultura. Essa missão se interessou pelo norte do Paraná. Em seguida ela comprou dois lotes de terra para aí desenvolver a cultura do algodão. Mas a falência total desse empreendimento determinou, em 1925, uma mudança dos planos iniciais.

Para se ressarcir, a companhia inglesa criou um projeto imobiliário nas terras compradas e organizou a “Companhia de Terras Norte do Paraná”. Durante o período da segunda Guerra Mundial o governo brasileiro proibiu a propriedade de terras brasileiras por grupos estrangeiros, o que obrigou a companhia inglesa a vender seus direitos a um grupo de capitalistas de São Paulo.

A companhia de colonização comprou uma propriedade cuja superfície total era de 13,2 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a um quinze avos do território do Estado. A política de vendas assim como a repartição do território realizadas pela companhia asseguraram não só a ocupação rápida de

toda a região, como sua total integração na economia do país.¹⁰ Com efeito, como se pode ver pelos gráficos que se seguem, em 1930 existiam apenas algumas aglomerações urbanas, tanto que um quarto de século depois o número de cidades e vilas tinha se multiplicado várias vezes. Em 1970 seu número chegava a 172, e algumas dessas cidades têm um significado demográfico bastante considerável.

É evidente que o crescimento da população foi igualmente surpreendente; entre 1940 e 1970 a população fixada na região multiplicou-se por doze, mais ou menos. Verifiquemos o quadro seguinte:

População da região norte do Paraná (1940-1970)

Ano	População
1940	308 754
1950	954 508
1960	1 843 679
1970	3 666 406

(Fonte: Recenseamento Geral do Brasil.)

Pode-se perceber por aí que no decênio dos anos quarenta a população mais do que triplicou. Durante os dois decênios seguintes ela quase dobrou a cada dez anos, enquanto no mesmo período a população do conjunto do Estado do Paraná tinha o seguinte comportamento:

População do Estado do Paraná (1940-1970)

Ano	População
1940	1 236 276
1950	2 115 547
1960	4 296 375
1970	6 997 682

(Fonte: Recenseamento Geral do Brasil.)

Se se compara o ritmo de crescimento da população total do Estado com o da região norte vê-se que durante os três decênios de 1940 a 1970 a população da região norte conheceu um ritmo de crescimento mais de duas vezes maior que o do conjunto do Estado. Como a taxa de crescimento demográfico da população brasileira é de mais ou menos 3% ao ano e como não há nenhuma razão para supor que a taxa de crescimento natural no Estado do Paraná seja maior do que a do conjunto do Brasil, pode-se afirmar que esse crescimento

¹⁰ Para um estudo detalhado da ocupação dessa região, ver Pedro Padis, *Formação de uma Economia Periférica*, Tese de Doutorado, São Paulo, 1970, capítulos 7 a 10.

excepcional da população do Paraná, e mais ainda da região norte, é devido em larga medida à emigração. Infelizmente os dados disponíveis sobre essa emigração são muito insuficientes. Entretanto, pode-se observá-los e extrair algumas conclusões.

Consideremos o quadro a seguir:

ESTADO DO PARANÁ

População recenseada segundo o Estado de nascimento (1970)

Estado de nascimento	População	Porcentagem sobre o total
Paraná	4 348 779	63,3
São Paulo	827 064	12,0
Minas Gerais	552 720	8,0
Rio Grande do Sul	359 232	5,2
Santa Catarina	309 569	4,5
Outros	465 913	7,0
TOTAL	6 863 277	100,0

(Fonte: "Tabulações avançadas do Recenseamento de 1970", Quadro 11, p. 104.)

Pode-se observar que mais de um terço da população do Paraná é constituída de imigrados de outras regiões do país, das quais o Estado de São Paulo e Minas Gerais são largamente majoritários. Como a região norte, como nenhuma outra do Paraná, foi escolhida pelas correntes imigratórias provenientes desses dois Estados, pode-se supor que a maioria desses 1,3 milhões de "paulistas" e "mineiros" mora na região norte. Essa suposição é reforçada pela observação dos dados organizados no seguinte quadro:

ESTADO DO PARANÁ

Pessoas nascidas fora do município onde moram, segundo a duração de residência e segundo a região do último domicílio

Região do último domicílio	Duração de residência	
	0 a 10 anos	11 anos e mais
São Paulo	262 141	270 268
Minas Gerais	163 494	92 920
Rio Grande do Sul	186 457	76 166
Santa Catarina	168 009	102 750

(Fonte: "Tabulações avançadas", Quadro 12, p. 105.)

Como se pode observar, a população cujo último domicílio era o Estado de São Paulo é o único grupo, no Estado do Paraná, de imigrantes dos quais

mais da metade reside no Paraná desde mais de dez anos. Os outros grupos, provenientes de outras regiões do país, na sua maioria, chegaram há menos de dez anos. Sabe-se que o fato de ter tido o último domicílio no Estado de São Paulo não quer dizer necessariamente que essas pessoas nasceram em São Paulo. É possível que o Estado de São Paulo seja um “ponto” de passagem. Mas de toda maneira pode-se, por fortes razões, supor que a maioria desses indivíduos sejam nascidos em São Paulo. Essa suposição torna-se mais verossímil se nos recordarmos que mais de 80% dos não nascidos no Estado provêm de regiões próximas do Paraná e que os originários dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina se dirigiram sobretudo para a região sudoeste do Estado.

Portanto nos parece evidente que a maior parte dos imigrantes que se dirigiram para a região norte do Paraná é constituída de originários de São Paulo e de Minas Gerais. Agora devemos nos perguntar sobre as razões de um movimento migratório tão considerável.

A razão fundamental desse movimento de população deve ser buscada na crise sofrida pelo café durante os anos trinta. Com efeito, o Brasil era na época um país no qual o valor das exportações de café era mais ou menos 70% do valor total das exportações. Sabe-se que desde o fim da primeira Guerra Mundial os preços desse produto subiram no mercado internacional. Como a oferta do produto tem uma forte elasticidade-preço, à medida que os preços subiam a produção aumentava.

Esse aumento dos preços foi tão importante que a quantidade produzida quase dobrou entre 1920 e 1934. Mas a crise de 1929 provocou uma baixa dos preços internacionais de mais ou menos 50%, o que provocou uma redução de aproximadamente metade do valor total das exportações entre 1930 e 1934, com relação a 1925-1929.

Uma tal situação exigiu uma intervenção do Estado sobre o mercado do café. Várias medidas foram tomadas entre 1930 e 1934. Desde logo o governo brasileiro tomou a decisão de controlar a oferta. Para fazer isso ele, por um lado, comprou uma parte da produção para destruí-la¹¹ o que ao mesmo tempo sustentava os preços do produto e garantia um certo nível de renda e de emprego;¹² de outro lado, o governo proibiu diretamente a expansão da produção. Como o café é uma cultura permanente, e considerando que um cafeeiro é capaz de produzir economicamente durante uma quinzena de anos, é fácil concluir que uma proibição da expansão das culturas significa um bloqueio quase total do engajamento de força de trabalho.

¹¹ Entre 1933 e 1944 a produção total brasileira de café foi de 208 305 milhões de sacas, das quais 78 500 milhões foram destruídas. Cf. Padis, *op cit.*, p. 161 e seguintes.

¹² Cf. Furtado, 1959, *op. cit.*, capítulo 31.

O sucesso das decisões governamentais é muito conhecido. É suficiente lembrar que a produção cafeeira de 1944 foi igual a 40% da de 1933.

Se o decênio dos anos vinte foi o dos anos de expansão de muitas cidades e vilas, no “caminho” do café, no interior do Estado de São Paulo, o decênio dos anos trinta conheceu o fenômeno contrário. Com efeito, muitas cidades conheceram uma baixa enorme em todos os seus níveis de atividade econômica e mesmo de seus efetivos populacionais. Se é verdade que essa “expulsão” de população pela atividade cafeeira favorecia de um lado o êxodo rural para as cidades do Estado de São Paulo que começavam a se industrializar, de outro lado uma parte bastante considerável dessa população foi para o norte do Paraná.

É verdade que essa população tentou continuar a produzir café. Mas apesar desse esforço o isolamento quase completo da região, devido principalmente à ausência de estradas, a política econômica seguida e a situação do mercado internacional do café agiram contra a expansão da produção. É somente a partir de 1946-1947 que o Estado do Paraná — quer dizer, sua região norte — começou a fazer crescer sua produção de café para tornar-se, um decênio mais tarde, o principal Estado produtor.

Mesmo levando em consideração uma pequena exportação do algodão produzido na região pode-se afirmar que a maioria da população, durante um período médio de mais ou menos cinco anos, só produziu para o autoconsumo. Os eventuais excedentes eram vendidos em pequenos mercados de vilas que começavam a nascer.

O crescimento econômico do Brasil nos anos trinta e até o fim da segunda Guerra Mundial é muito conhecido. Pode-se dizer que a diminuição da pressão sobre o mercado de emprego é devida, em certa medida, a esse avanço da fronteira agrícola.

O SUDOESTE DO PARANÁ

Compreende-se por região sudoeste do Paraná a parte do Estado formada por 63 cidades enraizadas numa superfície de aproximadamente 66 500 km², o que corresponde a 33,4% do território do Estado.

A ocupação e o povoamento dessa região são compostos de partes que não têm nunca relações entre elas. Os campos de Palmas e Guarapuava foram ocupados durante a primeira metade do século passado. Essa ocupação é devida, de um lado, a determinações oficiais, e de outro lado às concessões de terras pelo governo para atividades de criação.

No fim do século passado (1878), por iniciativa governamental, 18 núcleos de população foram criados nas regiões próximas de Guarapuava. Apesar da preocupação de colocá-las à beira dos rios para facilitar a comunicação entre essas populações, bem pouco tempo depois todos esses núcleos tinham desapare-

cido e suas populações os haviam abandonado por Ponta Grossa. Os outros núcleos aparecidos desde o fim do século XIX até o quarto decênio deste século são devidos também à iniciativa oficial, seja por razões de segurança e de soberania do território, seja em razão de problemas internos. Até a metade do século XX esses centros, considerando o grande isolamento em que eles se encontravam, ficam estagnados. Eles são um pouco mais que um posto militar avançado na floresta cuja economia era de subsistência.

Ainda por ordem governamental são criadas várias colônias bem a sudoeste do Estado, nas proximidades de Chopim. Trata-se dos núcleos de Jacutinga, Barro Preto, Covo, Mato Branco, Passa Quatro e Retiro do Pinhal. O povoamento se efetuou de maneira muito rápida pois com a guerra camponesa do Contestado muitas famílias desprotegidas foram para esses novos territórios. Apesar do sucesso inicial, do ponto de vista da ocupação, a vitalidade econômica desses núcleos era muito reduzida por causa do isolamento em que eles se encontravam e também porque o mercado de produtos agrícolas já estava suficientemente provisionado.

Quando o Ministério da Agricultura foi criado, a organização de novos núcleos de ocupação foi confiada ao governo federal. Assim, em 1918, instalou-se a colônia de Pato Branco, sempre com o fim de abrigar as pessoas que abandonavam a região do Contestado. Entretanto, alguns elementos de outros Estados, sobretudo “gaúchos”, chegavam à região desde 1922.

Contudo, a muito boa qualidade do solo, que colocava o novo núcleo em situação privilegiada, não foi condição suficiente para permitir seu desenvolvimento. Causas contrárias, tais como a dificuldade de comunicação com outros centros recentemente instalados e a ação de grupos organizados de “bandoleiros” e de espoliadores que mantinham a população local sob um regime de brutal exploração, agiram contra esse desenvolvimento.

Vê-se que os resultados da ação governamental — seja federal, seja estadual — foram bem limitados. A falta de recursos disponíveis para permitir a ocupação efetiva pela construção de estradas e pela instalação de um equipamento social de base impediu o sucesso dessas tentativas. A população que se deslocou por acaso para essa região permaneceu num nível de atividade econômica muito fraco e com um setor monetário virtualmente atrofiado.

Esse fracasso, aliado à preocupação de ocupar o território, conduziu o governo do Estado a conceder terras a quem as pedisse. Entretanto a ausência de elementos que pudessem ser fatores de atração para a população de outras regiões do país ou do exterior — como na região norte — conduziu essa iniciativa a resultados bem pouco consideráveis.

Essa situação contribuiu para que as imensas superfícies cedidas a várias companhias ficassem despovoadas ainda durante mais de vinte anos.

O saldo dessas iniciativas, apesar do progresso de alguns núcleos, foi fortemente negativo. Muitos esforços foram perdidos pois a maioria das aglomerações estabelecidas desapareceu sem assegurar um povoamento regular e permanente. De outro lado, provavelmente o mais grave, porções consideráveis de florestas foram destruídas pela ação nociva das companhias, expondo o solo à destruição progressiva e ao empobrecimento. Tudo isso sem falar das enormes dificuldades que o governo do Estado teve mais tarde para regularizar a situação de posse da terra dominada pelos “grileiros” e os aventureiros que eram protegidos por muitas dessas companhias. Até hoje o Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná trabalha intensamente na legalização de muitos milhares de títulos de propriedade, após os graves acontecimentos relativos à posse da terra que perturbaram a região de 1947 a 1951 e de 1957 a 1961.

No início da década de cinquenta o sudoeste do Paraná começou um período de grande transformação em consequência de vários movimentos de população que se dirigiram para a região. Esses movimentos determinaram o nascimento de quase quarenta cidades em vinte anos. Entre os fluxos migratórios em direção a essa região há dois que merecem um destaque especial.

O primeiro nasceu na região norte do Estado, como resultado da substituição de atividades de agricultura pelas de criação. As correntes migratórias eram formadas pela população “expulsa” da região norte. Entretanto, não foi o movimento de população que provocou a ocupação mais rápida da região. O fluxo mais importante para o povoamento do sudoeste do Paraná nasceu no Estado do Rio Grande do Sul. Embora desde a terceira década do século vinte seja possível achar “gaúchos” nas terras do sudoeste do Paraná, é a partir de 1952 e sobretudo desde 1956 que esse movimento migratório se intensificou de maneira surpreendente.

Quais são as causas desse fenômeno? Que dimensão ele tomou? É difícil, senão impossível, medir o contingente de população que se deslocou do Rio Grande do Sul em direção ao Paraná. Entretanto algumas indicações permitem supor que ele foi altamente significativo. Embora a população “gaúcha” tenha se multiplicado por 12,5 entre 1872 e 1960, o que é pouco em comparação com os três Estados do sul do Brasil, a observação atenta dessa população e da população nacional mostra que a relação da primeira para a segunda aumentou progressivamente até 1940, para diminuir em seguida durante as três décadas seguintes, como se pode ver pelo quadro abaixo:

População do Rio Grande do Sul (1872-1970)

Ano	Brasil	RS	RS/BR%
1872	9 930	435	4,38
1890	14 334	897	6,26
1900	17 438	1 149	6,59
1920	30 636	2 183	7,12
1940	41 236	3 321	8,05
1950	51 944	4 165	8,02
1960	70 967	5 449	7,67
1970	94 500	6 755	7,15

(Fonte: Recenseamento Geral do Brasil.)

É preciso notar também que o processo de evolução dessa população não foi homogêneo nas diferentes regiões fisiográficas do Estado pois ao mesmo tem em que algumas apresentavam uma taxa de crescimento demográfico superior à média, outras regiões tinham essa taxa muito mais fraca. Em alguns casos a taxa não passava de 0,5% por ano. Deve-se notar que as taxas mais fortes eram as das regiões mais urbanas, enquanto as mais baixas se situavam nas regiões caracterizadas pelas muito grandes ou muito pequenas propriedades rurais.

Sabe-se que nas regiões de pequenas propriedades a disponibilidade de terras férteis é quase nula; produz-se uma emigração de população para outros lugares do território. Portanto os movimentos migratórios nascidos no Rio Grande do Sul parecem ser um resultado das características do setor primário da economia, que não era mais capaz de absorver os acréscimos demográficos. A evidência desse problema se torna maior quando se observa que entre os recenseamentos de 1940 e 1950 houve no Rio Grande do Sul uma taxa de urbanização de 5,6% ao ano, enquanto para a população rural a taxa de crescimento não ia além de 0,9%. Observando ainda que em 1960 mais da metade da população — exatamente 57,3% — vivia na zona rural, pode-se concluir que essa população viveu uma situação excepcional. A razão fundamental dessa ação centrífuga do setor primário sobre a população foi o comportamento da propriedade agrícola.

Entre 1940 e 1960 o número de pequenas propriedades de menos de 10 hectares se multiplicou por 2,7 enquanto no mesmo período o tamanho médio dessas propriedades passava de 5,6 a 5,2 ha. Entretanto é preciso notar que esse processo foi mais acelerado durante o decênio dos anos cinqüenta. De fato, durante esse período o número de pequenas propriedades passou de 47 724 para 100 132, enquanto seu tamanho médio passou de 5,58 para 5,25 ha.

Um fenômeno inverso pode ser notado entre as grandes propriedades — as de 10 000 ha e mais. Se em 1940 o número dessas propriedades não passava de 41, em 1960 ele se elevava a 48, ao mesmo tempo em que seu tamanho médio passava de 14,5 mil para 19 mil ha. Face a isso pode-se afirmar que a importância relativa do aumento observado entre 1940 e 1960 da superfície ocupada

é muito pequena. Ao contrário, o enorme aumento da importância relativa do número de pequenas propriedades sobre o número total de estabelecimentos é muito significativo. Esses fatos nos permitem afirmar que a divisão da terra se fez em detrimento das propriedades de tamanho médio, como se pode observar no quadro.

Estando dado que há um desperdício do fator terra nas propriedades muito grandes, e também um desperdício do fator trabalho nas pequenas, pode-se dizer que durante esse período houve uma baixa dos níveis de renda e do produto no setor agrícola do Rio Grande do Sul.

Deve-se notar também que as mais baixas taxas de crescimento demográfico, entre 1940 e 1960 nesse Estado, foram observadas exatamente nas regiões onde se manifestaram os fenômenos de crescimento ou redução do tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Essas transformações na estrutura da propriedade da terra podem ser facilmente explicadas pela busca de suas razões determinantes.

A diminuição do tamanho da propriedade foi o resultado da sucessão familiar, por herança, especialmente nas zonas dos antigos colonos alemães e italianos, enquanto o crescimento das propriedades aconteceu por causa da criação. Embora em certas regiões do Rio Grande do Sul a criação apresente uma rentabilidade baixa, em outras regiões, sobretudo por causa das melhores condições técnicas que resultam de investimentos maiores, a rentabilidade é duas ou mesmo três vezes superior à média do país. Entretanto, nessa época, a atividade de criação "gaúcha" começou a sofrer a séria concorrência da criação desenvolvida nos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás, onde a seleção de raça e as distâncias mais curtas do mercado consumidor determinaram custos mais reduzidos e mesmo uma melhor qualidade. Esses fatos obrigaram os criadores de menor importância a vender suas propriedades aos mais importantes, o que provocou uma ampliação das propriedades já grandes. E quando esse fenômeno não se produzia, um outro fenômeno não menos interessante acontecia: algumas atividades de criação foram substituídas pela cultura do trigo e do arroz.

Embora de uma maneira geral a relação trabalho/capital seja bem maior na agricultura do que na criação, no Rio Grande do Sul a cultura do trigo e do arroz ocuparam uma mão-de-obra relativamente reduzida, pois essas culturas eram muito mecanizadas. O desemprego dessa mão-de-obra, que acompanhou essa transformação na zona rural, provocou o deslocamento da população que procurava nas cidades o trabalho que faltava no campo.

Entretanto, o setor industrial do Rio Grande do Sul vivia um período muito difícil, tendo perdido seu dinamismo e apresentando uma inelasticidade muito grande à demanda de emprego pela mão-de-obra. Essa situação foi criada por uma "integração" maior do Estado no mercado nacional devida à expansão da rede rodoviária e sobretudo ao desenvolvimento da indústria do Estado de São Paulo que aconteceu durante os anos cinquenta. Produtos vindos de São Paulo

começaram a disputar o mercado “gaúcho” aos produtos locais, ao mesmo tempo que a indústria de calçados do Rio Grande do Sul cedia à de São Paulo uma parte considerável do mercado nacional. A situação da economia “gaúcha” durante esse período tornou-se tão crítica que a participação da renda interna do Estado, assim como seu produto real, diminuiu em relação ao conjunto do país. É evidente que o produto “real” *per capita* diminuiu também, como se pode ver nos gráficos seguintes.

A população expulsa da zona rural seja pelo crescimento, seja pela diminuição do tamanho da propriedade e igualmente incapaz de ser absorvida pelo setor urbano da economia local, ameaçada pelo desemprego, não tinha outra alternativa a não ser atravessar as fronteiras do Estado em busca de trabalho em outras regiões. Esse fenômeno se tornou mais intenso entre 1952 e 1956, quando atingiu seu teto. Essa população se deslocou então para o Estado de Santa Catarina e ocupou o interior desse Estado dando lugar à criação de muitos núcleos urbanos numa região que era até então relativamente pouco povoada. Uma vez ocupada a superfície interior desse Estado, a população “gaúcha” continuou a avançar e atingiu o sudoeste do Paraná, onde ela provocou uma transformação rápida, revivificando os núcleos existentes, seja do ponto de vista demográfico, seja do ponto de vista econômico, e contribuindo para sua multiplicação. Assim, das 63 municipalidades que constituíam a região sudoeste do Paraná, 14 obtiveram sua autonomia na década dos anos cinquenta, e 45 durante o decênio seguinte. Antes do grande fluxo de população que chegou nas últimas décadas, e que vinha principalmente do Rio Grande do Sul, essa região tinha somente seis cidades autônomas: há portanto uma correlação muito grande entre os fenômenos registrados no Rio Grande do Sul e no sudoeste do Paraná. Resta a questão da dimensão dessa migração.

É impossível conhecer exatamente os números dessa migração porque só dispomos, infelizmente, de dados globais. Mas, já se sabe que na população total do Estado do Paraná há uma grande proporção de pessoas nascidas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Nós vamos ainda, com a ajuda do quadro seguinte, observar a evolução global da população da região sudoeste:

PARANÁ

População da região sudoeste (1940-1970)

Ano	População	Aumento inter-recenseamento
1940	199 076	
1950	297 891	49,6%
1960	691 806	132,0%
1970	1 649 466	138,4%

(Fonte: Recenseamento Geral do Brasil.)

Os grandes aumentos de população a partir de 1950 nos indicam o impulso do movimento migratório dirigido para a região. Mas a integração dessa região no mercado nacional mudou muitas coisas na economia local. É assim que a chegada de grupos de população com uma quantidade maior de recursos financeiros provocou uma superposição da grande e da pequena propriedade agrícola, assim como problemas de concorrência no mercado. É assim que, desde alguns anos, sobretudo a partir de 1968/1969, uma parte da população da região começou a emigrar para os Estados de Mato Grosso e Goiás, deslocando mais uma vez a fronteira agrícola.¹⁸

CONCLUSÕES

1) Logo de início vimos que o deslocamento da fronteira agrícola obedece a diferentes causas. A região norte do Paraná foi ocupada em razão da conjugação de alguns fatores, dos quais os mais importantes são a crise sofrida pela atividade cafeeira nos anos trinta e a organização de uma empresa imobiliária, cuja política de venda favorecia mesmo os que não tinham grandes recursos. Além disso, a infra-estrutura montada e a evolução, seja da economia brasileira, seja do mercado internacional do café, favoreceram a integração mais ou menos rápida dessa região no conjunto da economia do país.

No caso da região sudoeste, o fenômeno teve características muito diferentes. Do começo do deslocamento da população até a integração da economia local na economia do Estado e do país, o processo de ocupação dessa região foi muito mais irregular e difícil. Pode-se mesmo dizer que, contrariamente à ocupação da região norte, a da região sudoeste foi marcada desde o início pelo problema da terra: o tamanho e a estrutura da propriedade e a luta desigual entre pequenas e grandes propriedades.

Um só aspecto é comum aos dois movimentos: todos os dois foram resultados de crises desencadeadas no setor agrícola. E todos os dois funcionaram como "válvulas de segurança" de uma situação que se tinha tornado difícil. Se não tivesse sido possível deslocar a fronteira agrícola na época dessas crises, as pressões sociais e econômicas teriam sido muito mais fortes.

2) Sabe-se que o subemprego, o desemprego disfarçado, o desemprego sazonal ou o desemprego aberto são problemas que existem sempre para qualquer economia. Os países de capitalismo evoluído, os países desenvolvidos, acharam uma possibilidade de sustentar os desempregados. Mas é preciso notar que o de-

¹⁸ Para um estudo mais aprofundado da economia dessa região ver Padis, *op. cit.*, capítulos 11 e 12.

semprego nos países desenvolvidos representa um custo social muitas vezes bastante considerável.

É evidente, e por muitas razões, que o problema do desemprego, sob todas as suas formas, se coloca também para os países subdesenvolvidos. As soluções encontradas por esses países são as mais diferentes possíveis. Da solução “clássica” que se resume em “exportar” uma parte da força de trabalho para os países desenvolvidos, à diminuição da idade da aposentadoria, pode-se achar um leque bastante considerável de “soluções”.

No primeiro caso os exemplos são muitos numerosos, seja de países europeus como Portugal, Espanha e Iugoslávia, seja de países africanos como o Marrocos, a Argélia, a Tunísia, seja de países latino-americanos como Porto Rico e o México. No segundo caso, na América Latina, o exemplo do Uruguai é muito significativo. Mas o caso do Brasil apresenta características muito específicas.

Apesar das taxas de crescimento demográfico de 3% ao ano e da taxa de urbanização de aproximadamente 5%, o Brasil não apresenta problemas de desemprego muito graves nas cidades, apesar da frágil taxa de participação da população no conjunto da força de trabalho do país.¹⁴ Isto se explica por duas razões principais. A primeira é que somente uma pequena parte das mulheres participa realmente da força de trabalho. A segunda é o fato de que, apesar da alta taxa de urbanização e da multiplicação do número de cidades e vilas, quase a metade da população total mora ainda no campo (44% em 1970).

Mas se nós nos lembrarmos de que no recenseamento brasileiro considera-se população urbana aquela recenseada nas cidades e vilas (meio urbano e suburbano) e população rural aquela recenseada fora dos limites das cidades e vilas,¹⁵ ver-se-á que o efetivo real da população rural é muito maior do que o apresentado pelo último recenseamento.

Essa hipótese torna-se mais verossímil com as seguintes considerações:

a) Em 1970 existiam no Brasil 7 834 aglomerações urbanas, das quais 3 952 cidades e 3 882 vilas.

Como se pode observar aí quase a metade das cidades e mais de 90% das vilas são aglomerações que têm menos de 2 000 habitantes. O total de habitantes dessas pequenas aglomerações é de 3,6 milhões de pessoas (a população urbana total é de 52,3 milhões).

É difícil considerar essas aglomerações como verdadeiros centros urbanos. A ausência quase completa de todas as características de uma atividade ou mesmo de uma vida urbana nos permite classificar essas aglomerações como núcleos proto-urbanos, sobre cujo futuro não se pode fazer prognósticos. A história do

¹⁴ Sobre a evolução da força de trabalho e do emprego no Brasil ver Singer, Paul: “Força de Trabalho e Emprego no Brasil 1920-1959”, *Cadernos Cebrap*, n.º 3, São Paulo, 1971.

¹⁵ Sinopse Preliminar do Censo Demográfico; 1970, p. 11.

Brasil apresenta inumeráveis exemplos de vilas e mesmo cidades que, depois de um crescimento rápido, entraram em estagnação e depois numa completa decadência.

BRASIL

Distribuição das aglomerações urbanas segundo o tamanho do efetivo da população

CIDADES		VILAS	
Efetivo da população	Número de cidades	Efetivo da população	Número de vilas
— de 500	174	— de 200	991
501-1 000	620	201-500	1 377
1 001-2 000	940	501-1 000	917
2 001-5 000	1 111	1 001-2 000	376
5 001-10 000	576	2 001-5 000	130
10 001-20 000	288	5 001-10 000	30
+ de 20 000	3 303	+ de 10 000	61
TOTAL	3 952	TOTAL	3 882

(Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1970, quadros 8 e 9, págs. 92 a 95.)

A história dessas pequenas cidades ou vilas é sempre a mesma. O impulso de uma atividade primária exigiu uma certa aglomeração, cuja quase única finalidade era ser um ponto de reunião para vender os produtos. Na grande maioria esses núcleos urbanos, sobretudo os situados na fronteira agrícola, não têm eletricidade, escolas, hospitais, médicos, estradas, igrejas, etc. Na verdade eles não são mais do que uma rua cercada de pequenas casas.

Considerar como urbanas as populações que vivem nesses pequenos núcleos é aumentar muito a concepção de fenômeno urbano. De fato, nesses núcleos onde as atividades do setor terciário são de significado quase nulo, e onde as atividades do setor secundário nem existem, e mais, a população trabalha em atividades agrícolas, é exagerar muito considerar tais populações como urbanas.

b) Nos outros, salvo nos grandes centros urbano-industriais, pode-se achar uma população suburbana, cuja importância numérica chega às vezes a ultrapassar o efetivo da população dita urbana. O que é que fazem essas pessoas? No Brasil elas são chamadas “volantes”, quer dizer, pessoas prontas para fazer qualquer coisa. Mas, de fato, a parte mais importante de sua remuneração provém do trabalho agrícola. Como? Durante o período da colheita caminhões vêm buscar uma força de trabalho ociosa e barata na parte suburbana das cidades e vilas.

Essa população é considerada, ela também, como “população urbana”. Mas realmente é uma força de trabalho ligada à atividade agrícola.

Pode-se, portanto, concluir facilmente que, apesar do aumento das aglomerações urbanas e do “crescimento” da população urbana, a pressão da oferta de força de trabalho no mercado urbano não é suficientemente forte para exigir

uma política de emprego mais agressiva. De outro lado pode-se dizer que esse conjunto de força de trabalho funciona como uma espécie de reservatório onde a demanda de trabalho pode servir-se segundo suas necessidades.

3) A fronteira agrícola, por sua vez, é capaz de absorver durante um certo período — o da expansão — uma parte dessa força de trabalho que está fora do mercado.

Já dissemos que na fronteira, durante um certo tempo, só se produz para a auto-subsistência. Nós dissemos também que os núcleos urbanos situados nessa fronteira são inteiramente desprovidos de todos os equipamentos sociais. Qual é a significação desse fato para o conjunto da economia de um país subdesenvolvido, em geral, e do Brasil em particular?

a) Desde logo é preciso considerar que esses fenômenos favorecem a concentração da renda nacional. Retirando uma parte da força de trabalho do mercado, o deslocamento contínuo da fronteira agrícola reduz indiretamente a massa de salários pagos. Como ao mesmo tempo ela funciona como um reservatório de força de trabalho, ela cria uma situação favorável à manutenção de baixos níveis de salário.

b) Em 2.º lugar, pelo fato de atrair uma parte de população para uma região totalmente inabitada e que ficará por um certo tempo desprovida de equipamentos sociais, a fronteira reduz os custos sociais do conjunto do sistema. A redução dos níveis de consumo e a redução da participação da população no produto nacional contabilizado facilitam a formação de capital para o investimento nos setores desenvolvidos da economia.

c) A partir do momento em que a economia começa a ter necessidade de um acréscimo na oferta de alimentos ou de matérias-primas ela faz um esforço para “integrar” a fronteira agrícola no sistema do mercado.

Nesse momento muitas mudanças se produzem na região da fronteira agrícola. Essas mudanças, como vimos estudando no caso do Paraná, são relativas à estrutura da propriedade da terra; ao nível da comercialização dos produtos; ao nível das atividades do setor terciário e, o que é mais importante, ao nível mesmo da população ativa. Portanto a integração da fronteira agrícola no mercado pode, ela mesma, criar condições de um novo deslocamento de população.

4) Num país em que, apesar das altas taxas de crescimento observadas, mais da metade da população não tem acesso ao mercado de produtos industrializados, porque seu nível de renda anual não passa de 150 dólares, as teses relativas à “elasticidade” da atividade agrícola não têm sentido.

Muitos autores ¹⁶ estudaram o problema da capacidade da agricultura brasileira face ao crescimento da demanda de produtos agrícolas. Uma parte deles

¹⁶ Ver Prado Jr., Caio et alii, *A agricultura subdesenvolvida*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1969; Furtado, Celso, *Agricultura e Desenvolvimento*, op. cit.

acredita que a estrutura agrária brasileira é convenientemente adaptada às necessidades do país. Nada de mais falso do que essa conclusão.

Desde alguns anos passou no Brasil uma lei sobre a reforma agrária. Muitos organismos foram criados. Mas quase nada de concreto no que concerne à reforma das estruturas agrárias foi feito, apesar da evidência da gravidade do problema. Por quê?

Postos de lado os problemas políticos, deve-se considerar o fato de que somente metade da superfície do território do Brasil é ocupada. O deslocamento contínuo da fronteira agrícola, associado aos movimentos migratórios no interior do mercado de trabalho, anula as pressões mais fortes e esconde o problema. Apesar da evidência da necessidade de uma reforma da estrutura da propriedade da terra essa reforma só acontecerá no dia em que as “válvulas de segurança”, tais como o deslocamento da fronteira agrícola, desaparecerem.

Evidentemente ninguém pode sonhar seriamente em se opor à completa ocupação do território do país nem à valorização de seus recursos naturais. Mas quereríamos que essa ocupação fosse feita de maneira mais ordenada a fim de que todos os brasileiros pudessem participar dos benefícios do progresso e do desenvolvimento.